

ano 12 - n. 22 | janeiro/junho - 2020
Belo Horizonte | p. 1-270 | ISSN 2176-1671
R. bras. Dir. Eleit. – RBDE

**Revista Brasileira de
DIREITO ELEITORAL**

RBDE

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DOCTRINA

ARTIGOS

A influência religiosa no processo legislativo: obrigação de neutralidade do Estado

Alessandra Machado Cunha, Daniel C. Pagliusi Rodrigues	9
Introdução	9
1 Direito à crença e o Estado laico	11
1.1 A influência religiosa no ordenamento jurídico brasileiro	13
1.2 Direito subjetivo à laicidade do Estado	13
2 A separação entre exercício legislativo e a liberdade do legislador	15
2.1 A influência religiosa no processo legislativo	16
3 O dever do Estado de assegurar liberdade religiosa	18
Conclusão	19
Referências	21

A denúncia caluniosa com finalidade eleitoral: uma inovação necessária?

Humberto Lucchesi de Carvalho	25
1 Introdução	25
2 A regra geral da denúncia caluniosa	28
3 A denúncia caluniosa com finalidade eleitoral	33
4 Considerações finais	40
Referências	42

A atuação dos parlamentos na pandemia

Karla Laryssa de Castro Pereira	43
1 Introdução	43
2 O Estado, a sociedade e o controle	44
3 Contabilidade pública	46
4 A utilização do orçamento público	47
5 Receita pública	48
6 Lei de Responsabilidade Fiscal	49
7 O orçamento público e a COVID-19	51
7.1 O impacto da crise econômica no Estado	52
8 A atuação do parlamento do Brasil comparada a outros países na pandemia	54
Considerações finais	55
Referências	56

(In)elegibilidade do(a) viúvo(a) de prefeito(a) municipal reeleito(a) para concorrer a este cargo nas eleições municipais próximas

Layon Nicolas Dias Pereira	59
Introdução	59
1 Direito Eleitoral	60
2 Direitos políticos	62
3 Inelegibilidade reflexa	63

4	A aplicação da inelegibilidade reflexa pelos tribunais até as eleições de 2016.....	64
5	A aplicação da inelegibilidade reflexa pelos tribunais nas eleições de 2016	70
6	Outros fundamentos que permitem a elegibilidade do(a) víuvo(a) de prefeito(a) municipal reeleito(a) para concorrer a este cargo nas eleições municipais próximas	73
7	Conclusão	77
	Referências	77

O modelo atual do financiamento de campanhas eleitorais no Brasil

Luana dos Santos Medeiros, Lino José de Souza Chixaro	79	
1	Introdução	79
2	Do financiamento de campanhas eleitorais no Brasil	80
3	Do ativismo judicial	83
4	Ação Direta de Inconstitucionalidade 4650	86
5	Eleições pós-ação direta de inconstitucionalidade.....	88
6	Conclusão	89
	Referências	90

Gravações ambientais no direito processual eleitoral: análise da jurisprudência do TSE e perspectivas para o julgamento do Tema 979 (STF)

Luiz Fernando Casagrande Pereira, Caio César Bueno Schinemann	91	
1	Introdução	91
2	Sobre a teoria do direito processual eleitoral, essa desconhecida.....	94
3	Uma orientação oscilante: a jurisprudência do TSE sobre a admissibilidade de gravações ambientais entre o AREspE 252-14/SP (2006) e o REspE 399-14/RS (2019)	97
3.1	2006-2012. Licitude irrestrita da gravação ambiental	98
3.2	2012-2016. Ilícitude da gravação ambiental ou “fase Marco Aurélio”	99
3.3	2016-presente. Licitude controlada da gravação ambiental	100
3.4	Recurso Especial Eleitoral nº 39941/RS. Contornos do atual entendimento	102
4	A inadequação das gravações ambientais ao direito processual eleitoral: perspectivas para o julgamento do RE 1.040.515/SE (Tema 979) pelo STF	105
5	Conclusão	112
	Referências	113

Candidaturas avulsas e a Constituição Federal de 1988: uma análise à luz da Convenção Americana de Direitos Humanos

Márcio Ricardo Staffen, Felipe Navas Próspero, Ademar Aparecido da Costa Filho	117	
	Introdução	118
1	Democracia substancial e soberania popular	119
2	Direito internacional, direitos humanos e a Constituição Federal de 1988	123
2.1	Os direitos humanos como <i>jus cogens</i> internacional	126
3	A recepção da Convenção Americana de Direitos Humanos como norma constitucional, a candidatura avulsa e sua (in)compatibilidade com a Constituição Federal de 1988	130
	Considerações finais	136
	Referências	139

Fake news e liberdade de expressão: uma análise das decisões do Tribunal Superior Eleitoral nas eleições presidenciais de 2018

Mariana Albuquerque Rabelo	143	
	Introdução	143

1	<i>Fake news</i> e suas repercussões no sistema democrático	146
2	O contraponto: liberdade de expressão e liberdade de manifestação.....	150
3	O tratamento das <i>fake news</i> pela jurisprudência do TSE nas eleições presidenciais de 2018	155
3.1	Primeiros delineamentos: anonimato, conteúdos passíveis de controle, e preservação da liberdade de expressão	156
3.2	Critérios complementares para a intervenção da Justiça Eleitoral sobre os conteúdos veiculados na <i>internet</i>	163
	Conclusão	165
	Referências	166

A Lei da Ficha Limpa: inovações e aspectos controvertidos na esfera eleitoral

Mayara Rodrigues Pansera	169	
1	Considerações iniciais	169
2	Conteúdo histórico-constitucional e a evolução da inelegibilidade.....	170
2.1	A análise da inelegibilidade comparada em relação à sua evolução em outros países	170
2.2	Como foi a evolução da inelegibilidade no Brasil.....	171
2.3	Classificação das inelegibilidades	176
3	Questões legais e constitucionais sobre os elementos da lei da ficha limpa e da inelegibilidade.....	181
3.1	Limitação do sufrágio	181
3.2	As questões de suspensão e perda de direitos políticos	184
3.3	Lei Complementar 64/90 e a Lei Complementar 135/10: modificações e debates.....	187
4	Análises doutrinárias e jurisprudenciais sobre a Lei da Ficha Limpa	192
5	Considerações finais.....	198
	Referências	200

O Tribunal Superior Eleitoral e a inserção eleitoral de “trans-gressores”: um exame da Decisão na Consulta 0604054-58.2017.6.00.0000

Menelick de Carvalho Netto, Paulo Iotti Vecchiatti, Ademar Aparecido da Costa Filho	203	
	Introdução	203
1	Identidade de gênero, participação política das mulheres e a negação do <i>outro trans-gressor</i>	205
2	Afirmção da igualdade: o caminho de comparações e contiguidades	208
3	Análise da resposta à Consulta Eleitoral: uso dos elementos de metáfora e metonímia	211
	Considerações finais.....	217
	Referências	219

Tempo mínimo de propaganda eleitoral em rádio e TV: por um jogo justo

Nelson Zunino Neto	221	
1	Introdução.....	222
2	O alicerce principiológico	223
2.1	Democracia	224
2.2	República	224
2.3	Igualdade	224
2.4	Proporcionalidade	225
2.5	Razoabilidade	225
2.6	Partidarismo	225
2.7	Equilíbrio no pleito	226

2.8	Paridade na competição eleitoral.....	226
2.9	Legitimidade.....	227
3	Propaganda eleitoral como direito à informação.....	227
3.1	Propaganda.....	227
3.2	Propaganda eleitoral.....	229
3.2.1	Taxonomia.....	229
3.2.1.1	Propaganda política.....	229
3.2.1.2	Propaganda institucional.....	230
3.2.1.3	Propaganda intrapartidária.....	231
3.2.1.4	Propaganda partidária.....	231
3.2.1.5	Propaganda eleitoral.....	232
3.2.2	Conceito.....	233
3.2.3	Tipos de propaganda eleitoral.....	236
3.2.4	Regramento.....	237
3.3	Propaganda como direito à informação.....	240
3.3.1	A influência da propaganda na sociedade.....	240
3.3.2	Liberdade de expressão na propaganda eleitoral.....	241
3.3.3	A integridade da informação.....	242
3.3.4	O candidato e seu direito indisponível de informar.....	244
3.3.5	O eleitor e o direito de ser informado.....	245
3.3.6	O papel da informação.....	247
3.4	Distribuição do tempo de rádio e TV.....	248
4	O tempo mínimo de propaganda em rádio e TV.....	251
4.1	Imprescindibilidade de um tempo mínimo.....	251
4.2	O critério do tempo mínimo.....	254
4.3	O direito de resposta como parâmetro.....	256
4.4	Direito de resposta.....	258
5	Interpretação conforme à Constituição: um minuto.....	261
6	Conclusão.....	262
	Referências.....	264
	Instruções para os autores.....	269